



OS ATOS DISCRICIONÁRIOS NO ÂMBITO DA TEORIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES

Autor(res)

Thiago Caetano Luz
Taynara Dias Da Silva
Livia Carolina Soares Dias De Medeiros
Karin Michele Ruth Popov
Felipe Rossi De Andrade
Rosa Maria Silva Das Neves
Cleidimar Silva Franca Rezende
Fabrício Dias Rodrigues
Kenio Barbosa De Rezende
Jeferson Fernandes Pereira

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Introdução

Os atos discricionários, definidos pela liberdade de escolha quanto ao conteúdo, conveniência e oportunidade, mantêm a legalidade através de elementos vinculantes como competência, forma e fim definidos em lei. Assim, discricionariedade e legalidade são interligadas, considerados legais até prova em contrário. Nesse aspecto, a distinção entre ato discricionário e arbitrário está em que o primeiro segue os limites legais, enquanto o segundo os excede ou contraria. A teoria dos motivos determinantes se estabelece ao expressar a motivação de um ato administrativo, ficando este atrelado aos motivos expostos. Mesmo em atos discricionários, sua realização depende dos motivos declarados pela Administração Pública, sendo inválido se não correspondem à realidade. O motivo, seja de fato ou de direito, leva à prática do ato, com o de fato justificando-o e o de direito sendo sua previsão legal. Para que o ato administrativo seja válido, deve haver correlação entre motivo de fato e legal ...

Objetivo

Fazer uma análise da aplicação dos atos discricionários na administração pública e a sua utilização pelos agentes públicos juntamente com os instrumentos de limitação para os atos discricionários.

Materiais e Métodos

A metodologia empregada envolveu a revisão bibliográfica com base em doutrinas consideradas essenciais para o direito administrativo abordando sobre os discricionários e a teoria dos motivos determinantes de forma especializada. Foram selecionados textos que exploram conceitos, princípios e seguido de uma análise crítica para identificar



3^A MOSTRA CIENTÍFICA



padrões, lacunas e contribuições para a compreensão desses temas.

Resultados e Discussão

O resultado do presente estudo foi aferir como os atos discricionários se adequam no âmbito da administração pública, e o principal resultado foi verificar quando são necessários critérios limitadores como a teoria dos motivos determinantes ou a desvio de poder para os atos discricionários.

Quando estes são utilizados para desvio de finalidade por exemplo, visando não o bem público, mas o interesse pessoal, ou o desvio da competência quando o agente público não tem atribuição para desempenhar determinado serviço se tornando assim uma incompetência formal. Na limitação quanto ao aspecto do motivo determinante do qual o agente público não é obrigado a motivar os atos, porém se apresentarem se tornaram efetivos podendo ser passível de anulação casos se configurem ilegais.

Conclusão

Os atos administrativos são regulados pela legalidade, distinguindo-se entre discricionários e vinculados do qual os primeiros envolvem escolha dentro da lei, enquanto os últimos têm legalidade restrita. Nesse aspecto os elementos como competência, forma e finalidade são vinculados, enquanto motivo e mérito são discricionários. No entanto a teoria dos motivos determinantes limita a discricionariedade. Essa análise visa garantir legalidade e segurança jurídica diante dos possíveis desvios.

Referências

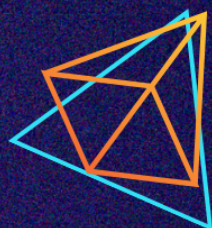
MEIRELLES, H. L. Direito administrativo brasileiro. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

MAZUR, Shayana; OLIVEIRA. A Judicialização da discricionariedade na administração pública diante do surgimento do estado democrático de direito. Revista Científica do Curso de Direito, Centro Universitário FAG. Fevereiro, 2021.

PEGORARO, L. N. Controle jurisdicional dos atos administrativos discricionários. Campinas, SP: Servanda Editora, 2010.

Francisco Campos, Direito Administrativo, 1ª ed., Rio ,p.122

3ª MOSTRA CIENTÍFICA



Anhanguera